

PRIORIDADE PARA PESQUISA EM ECONOMIA RURAL (*)

Pércio de C. Junqueira (**)

1 — INTRODUÇÃO

1.1 — A NATUREZA DA PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Sempre que um grupo de economistas rurais se reúne para discutir pesquisa, logo é acordado ou fica definitivamente implícito, que a função da pesquisa é ajudar a resolver problemas. Como Economia é uma ciência social, a referência feita é a problemas sociais. Um problema social não é só uma dificuldade aparente, êle é parte da confusa e perturbada situação social, sendo que o problema, se entendido e corrigido, removerá parte da dificuldade ou ela tôda. Portanto, um problema social não é entendido realmente até que o julgamento, advindo da combinação do conhecimento ou da investigação, forneça uma base lógica para avaliação da consequência de meios alternativos de ação a serem tomados para

corrigí-lo. Caso isto seja aceito, um dos principais propósitos da pesquisa em ciência social deve ser o entendimento e a posterior ajuda para resolver a dificuldade central, bem como eliminar a confusão numa distração problemática.

Os temas envolvidos num estudo de problemas sociais podem dizer respeito a apenas algumas pessoas, mas isto não é comum. Problemas sociais de significância geralmente envolvem conflito de interesses entre grupos ou êles se envolvem com situações de calamidade pública. Em qualquer dos casos a ação individual deve tornar-se inefetiva. Assim, o Governo tem comumente se tornado uma parte necessária para solução desses problemas; como testemunhas disso, no campo da economia rural sita-se a política de preços, os programas de comercialização, a política com res-

(*) Trabalho apresentado no Seminário em Economia Rural, sob o patrocínio da Fundação Ford — Rio de Janeiro, julho de 1967.

(**) Engenheiro Agrônomo, MS, Diretor da Divisão de Comercialização do Instituto de Economia Agrícola, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

peito ao recurso terra e outros. Problemas sociais nessa esfera de interesses clamam por participação governamental na sua solução ou abrandamento.

Com a influência governamental na vida econômica, torna-se necessário obter um maior entendimento dos efeitos prováveis dos diferentes problemas e programas comparando-os com a situação em que as mudanças acontecem através do funcionamento normal do sistema de preços. Está se tornando cada vez mais verdadeiro que o Governo precisa participar além de um nível necessário, para criar uma situação mais favorável para a ocorrência do jogo livre das forças de mercado competitivas. Caso o Governo (1) esteja preocupado e queira tomar parte nos principais problemas sociais, aparece a questão para o pesquisador "Qual deve ser a natureza da pesquisa numa economia em que a atividade governamental é um fato?" Numa exploração dessa questão, neste trabalho alguns pontos serão repisados, alguns conceitos serão apresentados e as prioridades serão arroladas em uma forma tão categórica quanto possível, aproveitando quando for aconselhável a experiência de países nos quais a pesquisa em economia rural já está bem avançada.

Os trabalhos de pesquisa em ciências sociais podem ser classificados em algumas grandes categorias. As duas mais geralmente usadas são as pesquisas descritivas e as pesquisas analíticas. A maioria dos trabalhos em ciências sociais diz respeito com a caracterização descritiva ou estatística das situações. A pesquisa descritiva procura obter e coletar dados básicos factuais. Ela mostra o que são os fatos básicos. A pesquisa analítica é bem diferente, ela revela causa e efeito ou outras relações que estão fundamentando os fatos básicos, explicando-os. Os termos descritivos e analíticos não são muito apropriados. Ambas as pesquisas são descritivas, a primeira descreve fatos e a segunda relações. E também, a pesquisa chamada analítica na realidade não analisa mas sim revela relações. A chamada pesquisa descritiva a qual engloba um grande campo de dados pode melhor ser chamada de pesquisa panorâmica e a chamada pesquisa analítica pode ser melhor chamada de pesquisa explanatória, (2) uma terceira categoria pode ser chamada inventiva ou pesquisa para solução de problemas.

Não se deseja aqui discutir diminuindo o valor de material descritivo acurado para auxiliar na formação de julgamento. (3) O

(1) Ou qualquer outra instituição pública através dele.

(2) SHEPHERD, G. & GOLDMAN, A. «Methods and procedures in planning regional marketing research.» *Journal of Farm Economics* 34(5): 884-896, 1952.

(3) E. Schuh diz que o balanço entre a pesquisa para solução de problema, e aquelas para entender natureza do mundo econômico e desenvolvimentos de dados básicos, depende muito da natureza da instituição. Ver: SCHUH, G. E. Pesquisas fundamentais para acelerar o desenvolvimento econômico. In Reunião da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais, IV, 1966. Anais. p. 174-194.

objetivo da pesquisa deve ser o fornecimento de dados, informações e idéias de tal forma que os indivíduos estariam mais aptos a fazerem melhores julgamentos sobre situações do que no caso contrário onde não tivessem o conhecimento. Entretanto, a descrição de uma situação incluindo análise de interrelações pode ser ilustrativa em todos os sentidos e mesmo assim não analisar o problema social ou os problemas nêle envolvidos. Muitas razões contribuiriam para isso. Afirmativas factuais descritivas são parte da informação necessária para se estabelecer o que o problema realmente é, elas ajudam a definir o problema circunscrevendo a área de controvérsia. Mas, muito trabalho e pensamento ainda será necessário no processo de se isolar claramente o problema. Uma análise genuína de um problema requer que a pesquisa vá além da descrição ou interpretação das intercorrelações. Precisam ser analisadas as relações entre dificuldades e soluções. Dados têm relevância ou sentido para um problema na medida que a classificação e análise dêsses dados sejam guiadas por hipóteses, as quais formulam especificamente os temas da investigação. Fatos sociais não falam por si mesmos.

1.2 — O MÉTODO CIENTÍFICO DA PESQUISA

Sem deixar de lado projetos de pesquisa panorâmica descritiva que são necessários para o conhecimento básico das relações, deve ser dada uma atenção especial para a pesquisa na solução de problema, que utiliza o procedimento científico. Essa, não começa com

uma situação e termina com um vasto panorama. Nem também inicia com um panorama e termina com um problema. Ela começa com um problema e termina com uma solução.

Os passos essenciais no procedimento científico de pesquisa podem ser resumidos em:

1.2.1 — Definir especificamente o problema no campo a ser investigado

O método problema é baseado no objetivo fundamental de pesquisa. Lógicamente, êsse objetivo é achar a melhor maneira de fazer as coisas. A maneira mais eficiente para alcançar êsse objetivo é simplesmente reunir fatos, na esperança de que possam ser explicados. E também não é fazer uma análise, esperando que ela possa ser usada para resolver problemas. O método científico requer que o investigador comece com o problema claramente definido, e daí, decidir e realizar o trabalho explicativo que o problema requiera, antes de iniciar segundo passo.

1.2.2 — Formulação de hipóteses

Em outras palavras é a tentativa de fixação de uma ou mais explicações ou soluções para o problema. Êsse é o passo essencial que distingue a pesquisa explanatória de solução de problema daquela puramente de descrição panorâmica. O pesquisador não sai a cata de dado, analisa-o e aplica os resultados ao problema. Inversamente, êle define o problema, formula a hipótese, determina qual dado confirma ou refuta a

hipótese, decide qual a maneira mais eficiente de obter os dados e daí está em condições de ir coletá-los.

1.2.3 — Planejamento de como se vai testar a hipótese.

A hipótese determina qual dado é necessário, como será coletado e como será analisado. O teste das hipóteses deve ser feito com auxílio da melhor técnica estatística disponível. Essa é a época certa de consultar estatísticas, isto é antes de se decidir qual dado é necessário e como será coletado e analisado.

1.2.4 — Coleta e análise dos dados

1.2.5 — Formulação das conclusões

A explanação e descrição do resultado adicionando o conhecimento ao campo pesquisado. As conclusões são o fim e objeto do projeto de pesquisa e o foco de atenção desde o princípio.

No estágio de desenvolvimento em que se encontram as pesquisas em economia rural no Brasil, muito campo ainda existe para pesquisa descritiva panorâmica e analítica. Entretanto, somos de opinião que a pesquisa para a solução de problema deveria ser enfatizada naqueles temas que maior informação é necessária antes que um julgamento em planejamento e programas agrícolas possam ser formulados sem correr grandes riscos. No campo da economia rural, o dispêndio de milhões em programas de ação e a decisão de mudanças em política e programas sem uma adequada investigação das experiências

passadas e pesquisas em análise de causa e efeito não é somente perdido como também o é feito às cegas. Por outro lado, a condução de pesquisa, que tem o propósito de lidar com problemas sociais, sem relacioná-la com as mudanças econômicas ou institucionais é praticamente fazer investigações estêreis. Quando economistas rurais tomam o papel de pesquisadores em problemas eles precisam tornar-se cientistas sociais, com visão mais amplas, principalmente da interdependência dos vários setores de economia.

2 — CONSIDERAÇÕES SÔBRE A SELEÇÃO DE PESQUISA

É função e responsabilidade da pesquisa o fornecimento da informação necessária para facilitar a tomada e execução de decisões no uso eficiente dos recursos agrícolas. Assim, o valor do resultado de uma pesquisa precisa ser medido pela sua contribuição à eficiência da tomada de decisão por parte dos indivíduos e sociedade.

Qualquer que seja a meta, o indivíduo ou a sociedade, dois tipos básicos de informação são necessários. São eles: princípios que efetivamente organizem fatos numa forma que facilite a tomada de decisão; e os fatos, relações ou dados necessários para aplicar a princípios relevantes.

Desde que, os recursos para a pesquisa são limitados, cada pesquisa está sujeita a um custo de oportunidade e assim nem tôdas pesquisas deveriam ser iniciadas. Portanto, pesquisadores e direto-

res precisam considerar cuidadosamente a maneira pela qual seus escassos recursos para a pesquisa serão distribuídos. Para que se tenha uma idéia do “produto ótimo” da pesquisa, é necessário, que seja conhecido o que é possível fazer com dados recursos e os diferentes valores e combinações dos “produtos” da pesquisa.

Entretanto, o consenso geral é que não existe um meio objetivo de avaliar projetos de pesquisa em perspectiva, devido às incertezas dos resultados. É verdade que ninguém pode saber com certeza o valor do produto esperado de um projeto ou programa de pesquisa. Por outro lado, se os problemas são selecionados de alguma maneira subjetiva ou ao acaso, certamente haverá má distribuição dos esforços.

Talvez, no presente, seja impossível estimar corretamente um valor absoluto em cruzeiros, quer de um projeto de pesquisa como de uma pesquisa terminada. Mesmo assim, deve ser possível estimar o valor de projetos alternativos, partindo da pressuposição que o objetivo da pesquisa será alcançado. E também, a pesquisa poderá ter um grande valor a longo-prazo e no entanto ter resultado negativos a curto-prazo. Alguns resultados, se forem postos a disposição de outros pesquisadores, poderão possibilitar a pronta rejeição de uma hipótese aparentemente promissora ou poderá sugerir um método mais produtivo de focalizar um dado problema. De fato, resultados negativos em uma pesquisa, (ou seja a falha em resolver um problema) devido a falha em obter

conhecimento, pode ter mais valor do que a solução de um problema de menor prioridade.

É de se levantar o problema que, mesmo que fôsse possível a estimativa da natureza dos resultados a serem obtidos não são conhecidas dos pesquisadores e diretores de instituições públicas de pesquisa regras apropriadas para escolher projetos. Algumas das mais complexas questões que dizem respeito à escolha entre possíveis projetos de pesquisa são: Qual é o valor corrente de resultados que não sejam imediatamente aplicáveis?; Qual é o retorno marginal do desenvolvimento de conceitos metodológicos e teóricos quanto comparados com a estimação e descrição de relações?; Qual é o valor marginal de estimativas muito precisas, quando comparadas com um grande número de estimativas menos precisas?; Qual é o valor relativo das estimativas entre as propriedades agrícolas comparada com aquelas, nas propriedades agrícolas e do setor como um todo?

Parece que não existe no presente, u'a maneira satisfatória de avaliar quantitativa e qualitativamente essas questões. Assim, como deve ser com a maioria dos problemas reais da vida, a avaliação e julgamento precisa ser baseado em alguma escala de valores. E também, diferentes pesquisadores e diretores não tentarão maximisar os mesmos fins. Mas isto não elimina a regra de que é desejável que o valor do julgamento seja baseado em uma análise das alternativas tão for-

mal e rigorosamente quanto possível. Do ponto de vista do pesquisador, pode ser dito que talvez o tempo que êle dedique a escolha entre problemas e projetos alternativos seja o seu tempo mais produtivo, porque uma importante limitação na utilidade de seu trabalho está na importância do problema a ser investigado.

Para criar um clima de aceitação, impor-se e desenvolver-se, a pesquisa feita por instituições públicas precisa responder questões importantes aos fazendeiros e a sociedade. Em outras palavras, é necessário que a pesquisa dê ênfase à resolução de problemas. Entretanto, o mundo em que vivemos é dinâmico. Respostas as questões de hoje podem não ser as respostas das questões de amanhã e é possível que os métodos de pesquisa de hoje nem sempre serão os mais eficientes. Portanto, parece razoável que a utilização dos novos instrumentos de pesquisa e adoção de novos conceitos e métodos, tenham maior valor na resposta de questões práticas. Portanto, deveriam ser considerados numa distribuição de recursos para a pesquisa.

3 — A PESQUISA EM COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA

A definição clara dos objetivos das primeiras necessidades ao se conduzir a pesquisa em qualquer campo. Os objetivos da pesquisa em comercialização agrícola devem ser estabelecidos entre o quadro geral das metas sociais da Nação. Alguns eminentes professores e pesquisadores

acreditam que os objetivos gerais da pesquisa seria: aumentar o consumo de produtos agrícolas; e maximizar a renda líquida dos produtores ou similarmente, incrementar a renda agrícola.

Os comentários que se fazem aos objetivos citados são: seria válido o primeiro objetivo somente se a população fôsse subnutrida e mal vestida indefinidamente. Na medida que se atinja um nível desejável de nutrição e vestimenta, não há como dar maior ênfase ao consumo de produtos agrícolas ao invés de outros produtos da economia. O segundo objetivo poderia ser aceito, no caso de ser necessário incrementar mais a renda dos agricultores do que dos outros setores da economia. Essa opção é facilmente compreensível em casos de depressão quando a renda agrícola cai mais do que a dos outros grupos, entretanto, é mais difícil de ser estabelecida em um caso de acréscimo, quando a renda agrícola cresce mais que a renda de outros grupos.

Segundo Shepherd, "parece claro que o objetivo geral da pesquisa em comercialização agrícola, em qualquer instituição que se preze precisa estar em linha com os objetivos de tôdas instituições científicas — a maior satisfação da demanda dos consumidores — através da manutenção ou desenvolvimento de sistemas de preços que reflita acuradamente essas demandas e distribua os recursos para propiciar a máxima satisfação dos desejos dos consumidores, através

da redução dos custos da comercialização” (4).

Os três principais componentes do campo da comercialização agrícola podem ser sumarizados em (5): A demanda dos consumidores para os produtos agrícolas, elasticidades e mudanças; os preços que reflitam essa demanda aos produtores com maior ou menor perfeição; os custos de comercialização intervindo entre produtores e consumidores.

3.1 — O CAMPO DA COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA

3.1.1 — Demanda

A primeira área problema a ser discutida é a demanda. A informação sobre demanda é necessária para guiar a produção e facilitar a eficiente distribuição dos produtos no tempo e no espaço. A inclusão da função de guia da produção é o reconhecimento do ponto de vista que, o problema da comercialização não diz respeito só aos manipuladores e industriais, mas, também, até lá no início da cadeia, ou seja, diz também respeito aos produtores.

Se a natureza da demanda é realmente refletida no preço e se essa informação é passada atrás para os produtores através dos manipuladores e processadores, esses empresários estarão teoricamente, em uma posição de diri-

gir os recursos à produção daqueles bens que os consumidores realmente desejam e assim, evitarão os excessos de produção. A meta de promover a satisfação máxima dos desejos dos consumidores não pode ser atingida pela ignorância desses desejos. Na realidade, a medida que recursos escassos são divergidos da produção e comercialização dos produtos que os consumidores querem para a produção de mercadorias que fazendeiros produzem somente por tradição de cultivo no passado, o alcance da meta é dificultado em vez de facilitá-lo. A função real da pesquisa em comercialização é fornecer informação que pode ser usada para prevenir êsses resultados socialmente indesejáveis.

Para ajudar a dirigir a produção os fazendeiro e processadores necessitam informação que lhes permitam dizer qual vai ser o mercado sob as condições prevaescentes. Para fins de predição, é preciso desenvolver as relações entre quantidades consumidas e os vários fatores que afetam o consumo.

A informação ideal consistiria nas relações preço-quantidade e a forma que essas relações são influenciadas pelos vários fatores que determinam o nível da demanda. Com o desenvolvimento de novos métodos de pesquisa e utilização de computadores já é

(4) SHEPHERD, G. The field of agricultural marketing research: objectives definition, content, criteria. *Journal of Farm Economics* 31 (3):444-456. 1949.

(5) SHEPEHERD, G. The field of agricultural marketing research: objectives, definition, content, criteria. *Journal of Farm Economics* 31(3): 444-455. 1949.

possível passar do estudo das relações simples preço-quantidade para relações múltiplas.

Entretanto, pela precariedade das séries temporais agregadas, a despeito do emprêgo de técnicas estatísticas excelentes, será difícil desenvolver relações que serão realmente úteis em refletir as relações preço-consumo. O mercado nacional ou regional, provavelmente deverão ser determinados através de dados a serem obtidos na combinação de estudos de produtos ao nível do varejo. Somente nesse nível parece-nos viável desenvolver estudos de demanda e realmente isolar as relações preço-quantidade bem como as reações dos consumidores aos preços.

Um método que pode ser tentado para desenvolver relações de preço-quantidade e que será útil para o mercado total como as flutuações de curto prazo no volume do varejo consistiria numa combinação de "surveys" de consumidores e experimentos controlados nas instituições do varejo. Mesmo quando se consiga desenvolver razoáveis estimativas das relações quantidade-preço deverão ser também estudados a influência de outros fatores no consumo e que são as determinantes do nível da demanda. A remoção desses fatores de distúrbio através de técnicas e estatísticas e de amostragem, não elimina o problema de empregá-los quando quer se fazer predições.

A relação entre consumo e renda é um dos determinantes do nível da demanda que precisa ser bastante estudado, para ser um

adequado instrumento de predição ao mercado total de um produto. Essas relações poderão ser mais corretamente desenvolvidas através de estudos de consumidores, onde se pode obter dados sobre renda e consumo de produtos específicos. Haverá dificuldades no método de procedimento para esses tipos de pesquisa, mas, poderão ser desenvolvidos face aos úteis resultados que deles poderão ser esperados, principalmente para medir a demanda potencial de um produto.

Outro fator influenciando o nível da demanda, e também muito útil para predizer o mercado total para produtos individuais é o dos gostos e preferências. A preferência e gosto dos consumidores estão mudando constantemente e não existem métodos objetivos para a sua medida. A natureza dessas preferências, poderão ser determinadas através dos vários tipos de estudos de consumo e pesquisa controlada em instituições de varejo.

Um terceiro e quarto fatores necessitando atenção são os que dizem respeito ao preço de produtos competitivos e a influência no consumo dos vários programas governamentais. As perguntas seriam "Como os preços de possíveis substitutos afetam as vendas de um dado produto?" "Qual é o efeito do preço mínimo na produção e consumo?"

Dentro das nossas condições, na área da demanda do consumidor e demanda potencial para produtos existentes e novos, destacariamos os seguintes assuntos:

a) melhoria das séries esta-

tísticas existentes de preços, consumo e oferta;

b) desenvolvimento de trabalhos em projeções e perspectivas de mercados;

c) fatores básicos que determinam o nível dos preços dos produtos agrícolas;

d) estudos analíticos sobre a preferência e comportamento do consumidor, aos níveis da renda;

e) estudo sobre os efeitos dos programas agrícolas de preços, sobre a produção e consumo de produtos específicos.

3.1.2 — A operação do mecanismo de preços

A segunda área problema a ser considerada na pesquisa em comercialização agrícola é aquela que diz respeito à determinação da efetividade do mecanismo de preços em facilitar a transferência dos produtos, do produtor ao consumidor. O papel do sistema de preços é fixar valores, nos vários estágios do processo de comercialização, que reflitam acuradamente a demanda e os custos incorridos durante a transferência. Muita gente está convencida que existem muitos impedimentos à operação ideal do mecanismo de preços. Entre os produtores, existe o sentimento de que os preços que eles recebem são muito baixos, entre os consumidores, que os preços que eles pagam é muito alto. Sempre existe a implicação de que alguém está no meio está obtendo mais do que devia e que este alguém tem poder e está estabelecendo preços que não estão de acordo com as condições de procura e custos. O fato é que

praticamente não existe critério objetivo para determinar se os preços estabelecidos pelas agências de comercialização são ou não socialmente justas.

Se é para ser atingida a meta de satisfação máxima dos desejos dos consumidores em uma economia livre de mercado através da eficiente utilização dos recursos, muita dependência existe da efetiva operação do sistema de preços. O critério comumente usado para o julgamento da efetividade do mecanismo de preço é a teoria do mercado perfeito.

Várias questões neste campo precisam ser respondidas pela pesquisa. “Os preços de um produto no mercado são idênticos após serem feitos ajustamentos pelas diferenças em tempo, forma ou lugar? Se os preços não são os mesmos, “quais são as imperfeições na comercialização responsáveis pela divergência?” A determinação da existência de imperfeições de mercado e consequente divergência dos resultados esperados pelo mercado livre não são, entretanto, motivos suficientes para condenar o mecanismo de preços. Ainda existe pelo menos uma questão a ser levantada. “O mercado perfeito fornecerá u’a maior produção total e mais equitativa distribuição entre produtores, agências de comercialização e consumidores. Se não, quais são as alternativas aceitáveis?”

Existem pelo menos três passos envolvidos no estudo do mecanismo de preços. O primeiro, é a obtenção de entendimento de como os preços são estabelecidos nos vários níveis do sistema de

comercialização. Esse estudo preliminar deverá indicar a presença ou ausência de imperfeições de mercado as quais são, ou têm a possibilidade de ser, o obstáculo ao alcance das metas sociais desejadas. Aonde forem encontradas imperfeições de mercado, o segundo passo é formular estudos para a determinação da influência das várias imperfeições no estabelecimento dos preços. O passo final é a comparação dos resultados obtidos sob as condições existentes, com aquelas que poderiam ser obtidas, sobre condições alternativas de competição.

Nesta área alguns assuntos de relevância para serem considerados seriam:

a) descrição da organização e operação do sistema de comercialização existente;

b) descrição e análise das instituições de mercado;

c) determinação e análise das margens de comercialização;

d) tipos de competição existentes em todos os níveis da comercialização;

e) estudos dos diferenciais de preço no espaço (estudos espaciais de preço), no tempo (estacionalidade e armazenamento) e na forma (preços para diferentes tipos);

f) pesquisa em informações de mercado e outras, seu uso e disseminação;

g) pesquisa para analisar e avaliar as estruturas de mercado existentes.

3.1.3 — Eficiência física na comercialização

A terceira área a ser discutida é aquela que trata de determinar os mais eficientes métodos e organizações para maior efetividade da transferência física da produção do produtor ao consumidor. Produtores, consumidores e agentes de comercialização deverão concordar que incrementar a eficiência física da comercialização é u'a meta desejável. Sob condições de competição perfeita poder-se-á esperar, a longo prazo, vantagem do incremento da eficiência. Se haverá vantagem ou não e também qual será a parte relativa de cada um, sob as condições existentes de competição, dependerá da natureza dos elementos monopolísticos ou outras imperfeições existentes.

A pesquisa nesta área está relacionada com os custos de comercialização não só da transferência física dos produtos como da eficiência operacional do sistema. Nestes últimos estão os estudos principalmente tecnológicos, procurando-se baixar os custos nas operações locais de manipulação, embalagem e outras. Outros propósitos seriam a determinação de como os custos são afetados pelos vários métodos e escalas de operação. A pesquisa dirigida a formular uma base para incrementar a eficiência física no processo de comercialização precisa ser dirigida para que sejam reduzidos os insumos para uma dada produção. Em muitos casos, isto levará a um aumento nos serviços ou melhoramento da qualidade com a mesma ou relativamente menor aumento nos in-

sumos. Estudos dirigidos a incrementar a eficiência física da manipulação deve dizer "como" à agência de comercialização e não somente "o que".

Qualidade é um terceiro grande assunto que pode ser explorado nessa área problema. Sob essa denominação estão estudos de medidas de qualidade, manutenção e controle dessa qualidade, incluindo aqui a classificação bem como os vários estudos de perdas por deterioração e amassamento dos produtos nos canais de comercialização.

Assuntos de interesse a serem pesquisados nessa área seriam:

a) levantamentos descritivos de fatores relevantes que afetam os custos de operação das agências;

b) relações de preço-custo de produção nas unidades que contribuem para reunião, manipulação e distribuição dos produtos agrícolas;

c) fatores que contribuem para as economias ou diesconomias de escala na organização dos negócios, com ênfase ao estudo das integrações verticais e horizontais;

d) manutenção da qualidade nos canais de comercialização;

e) estudos de padrões de qualidade de acordo com a preferência dos consumidores.

3.2 — A SELEÇÃO DOS ASSUNTOS A PESQUISAR

Para que a pesquisa em comercialização agrícola, bem como, em qualquer outro campo, resulte

em um produto útil é preciso que duas condições principais sejam atingidas: o projeto ou programa precisa ser destinado a resolver um problema de comercialização de significância, o qual poderá ser estudado apropriadamente por um economista rural ou estatístico; precisam ser postos à disposição de quem esteja levando o trabalho avante recursos suficientes, propriamente organizados e dirigidos.

Podem aparecer conflitos para os pesquisadores sobre a escolha de problemas a pesquisar. No geral, um problema é algo que não se gosta e que se procura transformar em uma situação desejável. Ou pode ser uma situação em que há um objetivo determinado, mas há incerteza na forma de alcançá-lo.

Os conflitos aparecem durante a formulação e resposta de três questões muito importantes. A pesquisa será dirigida a qual problema específico? Qual parte da indústria ou do sistema de comercialização deseja-se ajudar e porque se acha que tal grupo precisa de ajuda? Pode-se mostrar especificamente como os resultados da pesquisa poderão ajudar o grupo que foi selecionado? Geralmente, para responder a essas questões, o pesquisador necessita de alguma ajuda, quer sob a forma de valores pessoais para julgamento ou alguma legislação compulsória. Isto quer dizer, o pesquisador necessita de ajuda para identificar os problemas relevantes, ou selecionar objetivos para os quais ele deveria eliminar a incerteza, a despeito dos meios de como consegui-lo.

No caso das pesquisas em economia rural no Brasil, o pesquisador tem que julgar baseado nos seus próprios valores. Qual os objetivos a atingir com sua pesquisa, qual o método e natureza da pesquisa que vai usar e como obter os recursos para executá-la. Falando especificamente do campo discutido da comercialização agrícola, creio que as pesquisas deveriam ser destinadas a resolução de problemas, usando o método científico e dando prioridade a curto prazo, inicialmente aos projetos das duas primeiras áreas problemas contemplando a terceira área a mais longo prazo.

4 — PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO RURAL

A pesquisa em administração rural ou economia da produção deverá fornecer informação e análise, que virá a ser útil aos produtores e àqueles responsáveis pelos programas que afetam a agricultura. Para alcançar, o pesquisador procura descobrir maneiras que irão facilitar a escolha de padrões de produção e uso de recursos, consistentes com metas e objetivos dos produtores e consumidores.

Como um campo de investigação aplicada, a administração rural é paralela ao setor da teoria econômica que trata da economia da firma ou com os princípios da produção. O problema central de economia da produção ou da teoria da firma é o uso racional dos recursos e a maximização dos lucros. Os princípios da produção fornecem modelos sim-

ples e complexos na economia da administração rural, os quais servem como hipóteses fundamentais para a pesquisa, e fornecem o quadro esquemático para o estabelecimento da análise empírica apropriada para resolver os problemas específicos.

Alguns autores citam que os objetivos da pesquisa em administração rural são: fornecer guia a produtores individuais na combinação mais eficiente de seus recursos; análise de impacto da política e dos programas públicos e privados sobre o uso dos recursos agrícolas; e delinear programas de ajustamento nas áreas de produção. Outros autores sugerem o objetivo duplo de guiar o empresário individual a aquisição de um entendimento global da indústria agrícola. Outros ainda citam que só existe um objetivo nessa pesquisa isto é, ajudar o produtor a obter maior renda.

A se aceitar esse último objetivo. (que considera excluído o bem estar social), outras alternativas deveriam ser levadas em conta. Assim aos produtores poder-se-á: mostrar como melhorar seu poder de troca, reduzindo a produção daqueles produtos de demanda inelástica; a empregar discriminação de preços entre diferentes consumidores e a obtenção de algum subsídio protetor ao grupo. Esses seriam alguns meios que poderiam ser empregados se a meta fôsse somente a ajuda à firma individual maximizar os seus retornos.

Heady aponta que a melhor maneira de definir os objetivos da pesquisa em administração ru-

ral é "A pesquisa em Administração Rural é relacionada com o estudo da eficiência econômica e produtiva dos recursos agrícolas. Seus objetivos específicos são: guiar produtores individuais no melhor uso de seus recursos e de uma maneira compatível com o bem estar social; e fornecer análise fundamental da eficiência da combinação dos recursos a qual servirá como base para melhorar a administração pública dos recursos onde, instituições de política agrícola, são concernentes com condição de eficiência da produção" (6).

4.1 — O CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO RURAL

A relação mais íntima que existe entre a Administração Rural e outros campos é, como foi mencionado, com a economia da produção, particularmente a produção agrícola. Estudos em economia da produção relacionam-se com os princípios gerais da vantagem comparativa e especialização. Na sua forma específica, esses princípios explicam, em um dado momento, o tipo de produção que é encontrado em cada área, ou fazenda, e as mudanças que ocorrem e/ou estão ocorrendo. A pesquisa dirigida a esses campos explica, no geral, porque uns fazendeiros tem maior renda que outros, que dão a base em que deve se fundamentar a boa administração rural. Entretanto, não diz nada da parte aplicada da administração rural, ou seja, como uma propriedade específica

deve ser organizada ou operada.

Outro campo relacionado com administração rural é a política agrícola. O que a Nação ou sociedade deverá produzir é a outra face da ciência aplicada da produção agrícola. A diferença com a administração rural é o objetivo, é a maximização do bem estar de um grupo, ao passo que essa última é a da firma individual.

Também há a relação com a renda da agricultura. A pesquisa em renda agrícola está preocupada com a distribuição da renda entre os vários fatores de produção, a variação da renda agrícola da Nação de ano para ano é as suas causas. Já a pesquisa, em administração rural se preocupa somente com a renda de propriedades individuais e a comparação entre a renda de firmas individuais.

Com relação a utilização da terra, a maior afinidade que existe nos campos é que essa diz respeito com a competição entre os principais usos da terra com o uso da terra fora da agricultura.

Por outro lado, a pesquisa em administração rural se preocupa principalmente entre os diferentes usos agrícolas da terra dentro da agricultura. Deduz-se daqui que a pesquisa em utilização da terra tem uma finalidade mais global que a administração rural pois tem nela um ponto de vista social e coletivo.

(6) HEADY, Earl O. Elementary models in farm production economics research. *Journal of Farm Economics* 30(2): 201-225. 1948.

Igualmente, a administração rural está interligada com o campo do crédito rural. Os problemas do crédito agrícola podem ser encarados sob dois pontos de vista: das agências que fornecem crédito; e dos usuários do crédito. O problema de crédito do produtor no que diz respeito a sua produção, é determinar se deve ou não tomar emprestado o que me permitirá melhor utilização e controle dos recursos produtivos da terra, equipamento, trabalho, etc. e igualmente, quanto emprestar. Assim, qualquer pesquisador que pretende determinar o melhor uso dos recursos, precisa levar em consideração todas as possibilidades de empréstimo de capital para obter fundos suplementares. Devido a essa relação, certos estudos da administração devem ser conduzidos em conjunto com pesquisadores do campo de crédito agrícola.

Outro importante campo relacionado com a administração rural é a posse da terra e o trabalho. As análises de administração rural precisam levar em conta a circunstância de que as fazendas são operadas sob a forma de arrendamento, parcerias e sob a direção do proprietário. Essas circunstâncias são importantes do ponto de vista da posse da terra, ou seja, do direito da população de usá-la, e todos os fatores que acompanham esses direitos. No geral, a pesquisa em administração rural nas propriedades arrendadas deve dedicar mais atenção aos detalhes da operação des-

as fazendas e as relações entre os contratos de arrendamento ou parceria com tal operação.

O campo da administração rural também tem relação com os preços dos produtos agrícolas. Toda a pesquisa dirigida para o ajustamento da organização da propriedade devido u'a mudança nos preços que diz respeito à administração rural.

Do mesmo modo, o campo da administração rural está interligado com a sociologia rural, com as ciências biológicas e físicas e com a engenharia.

Devido à êsse enorme campo de estudo bem como, a sua interligação com outras ciências, é que se diz que a administração rural é uma ciência coordenativa. Ela une os resultados da pesquisa e conhecimento de outras ciências e estuda-os com objetivo de determinar como organizar seus recursos (ou combinar os fatores de produção sobre os quais ela tem controle) de forma a obter de seu uso o máximo retorno econômico (7).

4.2 — O PROGRAMA DE PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO RURAL

Baseando-nos em experiências de países de economia rural mais avançada, nos quais já existe um acervo básico de conhecimentos em administração rural, selecionamos algumas áreas problemas mais relevantes para a elas serem

(7) SOCIAL SCIENCE RESEARCH COUNCIL. Research in farm management; scope and method. New York, 1932. 322p. (Buletin n.º 13).

destinados recursos para um programa de pesquisas a curto e a médio prazo.

4.2.1 — Descrição e medida da situação corrente e suas mudanças

Para a descrição do sistema de exploração existentes e para a medida das mudanças que estejam ocorrendo, é necessário uma amostragem do universo, tão objetiva quanto possível. A coleta de dados primários para essas descrições poderiam ser feitas em convênios estaduais federais, o que poderia resultar numa desejável uniformização nos procedimentos usados nas estimativas. E também, é necessário, uma comparabilidade dos dados coletados e da classificação das fazendas, para análise de âmbito nacional como por exemplo o efeito das mudanças correntes e perspectivas na organização das fazendas, nas práticas de produção ou em problemas agrícolas.

Uma descrição razoavelmente detalhada dos sistemas de exploração prevaescentes em qualquer estado ou área, é básico para o planejamento de posteriores pesquisas em administração rural. As tabulações dos censos que fornecem somente dados agregados de número de fazenda, área plantada, número de animais, e outros dados similares em nível municipal, estadual e federal, são inadequados. O que deve ser obtido é a classificação das fazendas em grupos relativamente

homogêneos com respeito às variáveis mais importantes como, por exemplo: tamanho das propriedades dedicadas a pecuária, ou a culturas, etc. .

Os dados obtidos para fins descritivos também são úteis como informação básica em estudos de mudanças correntes em tamanho, tipo de fazenda, mudanças nas práticas agrícolas e na avaliação das implicações econômicas e das tendências observadas. A pesquisa de campo coletando dados de uma amostra pequena, mas objetiva, em cada zona de produção, poderá servir para todos os propósitos enumerados. Tais coletas deverão ser feitas preferivelmente, em uma base anual.

Alguns assuntos que poderão ser pesquisados nesta área são:

a) descrição e classificação em grupos de tamanhos e tipos de exploração, com similares oportunidades de produção (8);

b) medida das mudanças que estão ocorrendo em tamanho e tipo de exploração;

c) medidas das mudanças que estão ocorrendo nas práticas agrícolas.

4.2.2 — Análise detalhada dos problemas da Administração Rural

A análise detalhada dos problemas de administração rural em propriedades de um dado ta-

(8) Variações no recurso teria o acesso aos mercados são os fatores mais importantes na determinação da similaridade de oportunidade de produção.

manho e tipo, e outras características determinadas pelos estudos descritivos, deverá ser planejada em relação aos grupos ou organizações que utilizarão o resultado desses estudos. As instituições e pesquisas precisam estar em contacto com os produtores para ficarem cientes que seus recursos limitados estão sendo concentrados naqueles problemas onde há probabilidade em futuro próximo, de se tomar alguma medida.

Aperfeiçoamentos da tecnologia agrícola sugere estudos continuados de adoção de novas técnicas. As relações insumo-produto envolvidas na adoção de uma nova máquina ou nova técnica de produção, precisam ser traduzidas em termos econômicos. É necessário estudos pelo pesquisador em administração rural dos efeitos dos melhoramentos em tecnologia, na utilização do trabalho e no tipo de trabalho requerido.

Não se deve apenas descobrir qual técnica os melhores lavradores de uma região estão adotando. Eles podem estar usando certas práticas que, se adotadas por outros, resultarão em uso mais eficiente dos recursos e maiores rendas mas, nem sempre essas práticas são igualmente superiores. Devido principalmente ao grande número de variáveis envolvidos no problema. Torna-se assim difícil medir o valor relativo dessas práticas. Rápidas mudanças nas técnicas de produção, mudanças institucionais e mudanças na demanda de produtos agrícolas, continuarão a criar sérios problemas de ajustamento,

para um certo grupo de fazendas. Um programa de pesquisas orientado para o futuro, deveria na base de estudos continuados das mudanças citadas, tentar prever esses problemas antes que eles tornem-se prementes e não permitam um perfeito julgamento como base de ação.

Alguns assuntos a serem considerados em um programa de pesquisa nessa área são:

- a) estudo de organização interna das fazendas com similares oportunidades de produção;
- b) estudos de práticas agrícolas e o fator trabalho;
- c) tipo, tamanho e posse das fazendas como unidades de negócio;
- d) medida de variações em habilidade diretiva e outros fatores humanos na administração rural.

Além dos estudos focalizados no entendimento de grupos de propriedades, que são básicos para a educação dos lavradores em ajustamentos econômicos, outros estudos são necessários, dedicados aos problemas de ajustamento das áreas, regiões e país como um todo. Estudos desse tipo devem utilizar áreas descritivas e detalhadas que foram enumeradas anteriormente.

4.3 — A SELEÇÃO DOS ASSUNTOS A PESQUISAR

Desde que, nas nossas condições, poucos Estados têm recursos para desenvolver um extenso programa de pesquisa, parece-nos importante que, levando em

conta: o conhecimento de administração rural já existente; a disponibilidade de dados secundários e o interesse geral sobre a economia da produção, se dessem prioridades pelo menos aos seguintes projetos específicos:

a) estudos de custos e retornos em tipos e tamanhos representativos da região;

b) um certo número de projetos de contabilidade agrícola para serem usados na determinação de por que alguns produtores têm maior renda que outros e as práticas seguidas pelos lavradores mais progressistas;

c) estudos analíticos da situação problemas, que variarão de região para região.

Ao decidir qual assunto deverá ser dado maior ênfase ou ao selecionar os problemas a serem pesquisados o pesquisador deve fazer a si mesmo as seguintes questões: Qual progresso poderá ser feito no sentido de entendimento das relações e no encaminhamento dos resultados aos lavradores? Os resultados somente confirmariam as práticas estabelecidas ou aumentarão a área de conhecimento? Os fundos para a pesquisa poderiam ser mais efetivamente aplicados em outro assunto? O pesquisador deve ter cuidado para não deixar que o difícil meio de solução atrapalhe a objetividade da estimação da importância da meta dos projetos de pesquisa.

5 — PESQUISA EM POSSE DA TERRA

Antes de definir o campo da pesquisa em posse e utilização da

terra, bem como os objetivos da pesquisa nesse campo, seria necessário levantar alguns aspectos teóricos do problema de delimitamento da área de ação.

A posse da terra diz respeito às condições sob as quais a população mantém a posse e ocupa a terra. O ponto central da questão, é o comportamento da sociedade com respeito à propriedade da terra, como fonte de renda e como lugar para residir e viver. As condições de posse da terra precisam ser julgadas de acordo de como os objetivos da sociedade estão sendo ou não atingidos. Os problemas de posse da terra não podem ser discutidos sem referência a alguma base de valores sociais, algum sistema de idéias que dizem respeito a normas éticas, nas quais a sociedade acredita e orienta o seu comportamento. Esses valores sociais são refletidos nas instituições de uma sociedade e nas metas que os indivíduos ou a coletividade tenta alcançar.

Por exemplo, onde a ideologia prevalecente procura reforçar os direitos humanos, a dignidade individual e a igual oportunidade para qualquer um, a despeito da sua cor, credo e riqueza os fazendeiros querem condições de posse para que tenham: liberdade de direção para exercer suas capacidades e esforço em benefício de sua família; renda adequada para manter para si e sua família um aceitável padrão de vida; uma larga faixa de sistemas de posse, permitindo-os liberdade de gerência da propriedade, status social, e oportunidades empresariais para todos; e segurança na ocupa-

ção da terra. Na medida que as condições de posse interferiram com essas metas, os fazendeiros tornam-se insatisfeitos e através de ação individual ou coletiva, tentam pressionar para modificar a situação.

Existem duas teorias com respeito à posse da terra, utilizadas em países mais adiantados. A primeira a "teoria da posse da propriedade familiar" e a segunda a "teoria da posse no negócio agrícola".

A teoria da posse da propriedade familiar consiste das seguintes proposições gerais. A riqueza da nação e da comunidade rural será melhor servida se: fazendeiros possuírem e operarem suas próprias unidades, como empresários independentes; as unidades devem ser suficientemente grandes para fornecer à família do proprietário um padrão de vida adequado; as propriedades não devem ser tão grandes para que o proprietário e sua família não possam operá-las sem o emprêgo de substancial mão de obra, permitindo a grande dispersão da propriedade da terra àqueles que nela trabalham; as famílias proprietárias, são asseguradas a posse da terra.

A teoria da posse no negócio agrícola, diz que a riqueza da nação é melhor desenvolvida se: o negócio de exploração de terra fôr conduzido de acôrdo com os princípios direcionais, organizacionais e financeiros, que regem outros ramos de negócio; as forças livres de mercado podem trabalhar determinando o status da posse, tamanho da propriedade, e renda familiar de cada proprietá-

rio, trabalhador ou empregador, de acôrdo com sua habilidade de enfrentar o mercado; os fazendeiros não deverão receber qualquer ajuda ou proteção financeira que não seja dada a outros setôres da economia.

Pode-se reconhecer que a diferença essencial entre as teorias é que a segunda enfatiza o aspecto da eficiência da produção na riqueza econômica e a primeira, enfatiza a distribuição equitativa, o status social e os aspectos de segurança e riqueza da comunidade. Ambas as teorias tem suas restrições e vantagens e explicam-se problemas práticos de posse da terra pela combinação das duas.

Entretanto, em países que são industrialmente subdesenvolvidos o panorama é outro. Grandes áreas são possuídas por um pequeno grupo de pessoas de nível cultural elevado cuja função histórica tem sido o contrôle da economia e do govêrno do país. A crença social nesses países é que as condições de posse devem ser dirigidas pelos grandes proprietários, que estariam em melhor situação para exercer as funções de gerência e determinação da política agrícola governamental de interêsse da nação. Desta situação nasceu a "teoria da posse privada da terra" que diz que os proprietários sabem melhor o que é bom para seus empregados e trabalhadores, fornece-lhes a terra, capital e supervisão, e em troca recebem tudo que sobra, após satisfeitas as necessidades de subsistência das famílias. Nota-se aqui que o tema é a equidade de distribuição e status, não a eficiência de produção.

Recentemente essas crenças sociais perderam terreno no consumo geral das sociedades; mirando a fé dos fazendeiros em beneficiar a elite dos grandes proprietários. O resultado é insatisfação no meio rural e o clamor por reformas agrárias. A teoria citada é desafiada não porque é uma teoria errônea, mas porque os valores sociais em que são baseadas não mais são paternizados por grupos que estão ascendendo ao poder político diretivo.

As reformas agrárias são almeçadas pela sociedade, são sancionadas e reforçadas por processo governamental, e prevalecem qualquer que seja os arranjos de mercado existente em cada área. Por outro lado, existem possibilidades que depois das reformas terem sido um sucesso, o mecanismo de mercado, se fôr apropriadamente ajustado, operará em diferente panorama institucional de tal maneira que poderá beneficiar o país mais do que fêz antes, tanto pela melhor distribuição da renda como maior eficiência na produção.

5.1 — O CAMPO DA PESQUISA DA TERRA

Existem duas relações principais entre o homem e a terra. Uma é a utilização, na qual a terra serve diretamente as necessidades humanas, fornecendo matéria prima, comida, e base para moradia. A outra é a posse da terra, incluindo-se nesse termo tôdas as relações estabelecidas entre os homens, determinando seus vários direitos no uso da terra. Nenhum membro da sociedade detém a absoluta propriedade

da terra. Os Governos têm restringido muitos dos direitos privados sôbre a terra através de poder político, taxaço e outras formas, de tal maneira que o proprietário na realidade está repartindo sua propriedade com o Estado, ou está sujeito a uma série de restriçoões de seus direitos, no interêsse público. A herança da terra, seu uso e transferência a outros indivíduos estão sujeitos a regulamentos, contrôle e taxaço. Os direitos e privilégios do público com respeito, a tôdas as classes de terra são definidos por lei e costumes e desde que êsses últimos sejam resguardados e rigidamente observados, o aspecto legal da posse é de muita importância.

Portanto, a posse é mais função das tradiçoões, cultura, leis, costumes e instituições da sociedade do que a utilização da terra. Mas não é, necessariamente independente dos princípios e fundamentos físicos.

A pesquisa em posse da terra diz respeito ao estudo da distribuição dos direitos do seu uso, e os efeitos consequentes das várias formas da distribuição desses direitos no bem estar social e riquezas dos indivíduos e sociedade, tanto no presente como no futuro. A posse da terra tem, lógicamente seus efeitos na utilização da terra. A produção pode ser restringida ou retardada pelas leis, costumes e instituições associadas com a posse. Por exemplo o volume de produção da agricultura medieval era pequeno, devido à posse feudal da terra bem como ao desconhecimento da ciência da agricultura.

Os problemas de posse da terra não podem ser perfeitamente definidos se forem dissociados dos outros campos do sistema econômico e outras ciências. A pesquisa nesse campo está intimamente ligada com o Direito quando, estuda os direitos da propriedade e sua divisão, que seja histórico como contemporâneo, quer seja em aspectos práticos tais como o status legal do parceiro, dos posseiros, ou as relações entre os arrendatários e proprietários. Ela tem relação com a sociologia quando tenta apontar certos impactos sociológicos do sistema de posse. É envolvida com a administração rural quando é considerada a relação entre a organização das fazendas e a posse da terra. E assim, outras relações com a mão de obra agrícola, crédito e ciências biológicas também poderia ser citadas.

Um esquema geral do campo da posse da terra mostra: (9)

5.1.1 — Descritivo

- a — Histórico
- b — Contemporâneo

5.1.2 — Fatores que afetam a posse

- a — Fatores afetando a divisão de direitos entre indivíduos e Governo.
- b — Fatores afetando a divisão de direitos entre indivíduos: Econômicos, Culturais e Individuais.

5.1.3 — Efeitos dos sistemas de posse sobre a terra, indivíduos e sociedade.

5.2 — A SELEÇÃO DOS ASSUNTOS A PESQUISAR

Alguns projetos específicos que poderiam receber prioridade, nas várias áreas citadas seriam:

a) Análise dos dados disponíveis sobre posse da terra comparando com o sistema de posse para uma exploração típica;

b) distribuição dos sistemas de arrendamento e parceria no Estado ou região;

c) relação do tipo de posse com a qualidade de exploração;

d) análise de importantes fatores que afetam a posse por

exemplo, a herança;

e) os aspectos dos sistemas de posse em pequenas propriedades.

f) os aspectos do sistema de posse e o absenteísmo;

g) relações entre o sistema de exploração;

h) aspectos legais das formas de posse;

i) direitos do público e Governo com relação com respeito à posse privada da terra;

j) estudos casuísticos dos sistemas: propriedade e gerência própria, arrendamento e parceria;

(9) SOCIAL SCIENCE RESEARCH COUNCIL. Research in agricultural land tenure; scope and method. New York, 1933. 89p. (Bulletin n.º 20).

k) estudos dos efeitos de redistribuição de terra, com relação à produção e novos aspectos organizacionais na área;

l) efeitos de política de taxa-ção sobre redistribuição de terra e sistemas de posse.

ó — CONCLUSÕES

A distribuição dos recursos de pesquisa são feitos primordialmente por dois grupos de indivíduos, os pesquisadores e administradores. O pesquisador individual precisa considerar seus recursos e alternativas, para determinar como seus esforços podem melhor ser aplicados. O administrador de instituições de pesquisa tem um problema também complexo porque precisa alcançar um balanceamento na sua organização pela combinação de recursos dos pesquisadores individuais. O indivíduo pode variar a "mistura" de seu produto pela escolha de projetos e o administrador pode mudar a combinação do produto na sua organização, pela escolha do pessoal e pela ênfase dada a diferentes tipos ou áreas de pesquisa.

Talvez alguns indivíduos e organizações podem melhor empregar seus recursos dedicando-se ao desenvolvimento de novos métodos e conceitos, enquanto outros podem ser mais produtivos na pesquisa aplicada. Entretanto, pode-se tomar por hipótese que: os resultados da pesquisa serão mais úteis se maior consideração e cuidado forem dados à escolha dos programas e projetos de pesquisa; a maioria dos indivíduos e organizações podem ser mais produtivos pelo trabalho simultâneo em pesquisa básica e pesqui-

sa fundamental de soluções de problemas; e o valor do produto da pesquisa deveria receber uma atenção relativamente maior no campo das descrições básicas e na solução de problemas práticas de economia rural.

E' preciso reconhecer que cada agência e pesquisador, individualmente falando, enfrentam seus próprios problemas de distribuição de recursos. Não existe razão para todos os Estados, Instituições de Pesquisa e pesquisadores estarem engajados nos mesmos tipos de pesquisa. Isso porque as facilidades físicas e pessoal treinado em disponibilidade varia grandemente entre os Estados e também, porque a demanda pelo produto da pesquisa também varia. Na realidade, a tendência de pesquisadores e diretores de instituição, no sentido de seguir "o que se está fazendo", parece ser uma forma muito precária de distribuir os recursos.

Economistas rurais podem desempenhar uma função muito importante nos próximos anos. No sentido de maximizar nossa contribuição, deveríamos dedicar tempo considerável tanto individualmente como em grupos, debatendo como melhor utilizarmos nossos recursos. Até deveríamos distribuir alguns recursos para pesquisar como distribuir nossos escassos recursos de pesquisa. Pelo menos, êsse esforço poderia delinear e indicar as principais linhas alternativas de pesquisa. Entretanto, a distribuição final deve ser feita pelo pesquisador individual baseado em avaliação sistemática e cuidadosa das alternativas.